

Bancos credores facilitam

a e Governo

quarta-feira, 19/2/92 □ 1º caderno □ 3

negociação da dívida externa

Os bancos credores privados do Brasil estão dispostos a aceitar que o montante dos títulos do Tesouro americano — a serem adquiridos pelo governo brasileiro e oferecidos como garantia ao pagamento dos juros e do principal da dívida externa — seja comprado parceladamente, à medida que forem liberados os recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (Bird) e dos organismos japoneses. A informação foi dada ontem pelo vice-presidente do Bank of America parra a América Latina, Joel Korn, segundo maior credor do Brasil, assegurando que esta posição dos bancos credores representa uma “grande flexibilização nas negociações da dívida”. Korn disse estar confiante em que, no máximo em três meses, os bancos credores e o governo brasileiro chegarão a consenso sobre os principais pontos da negociação.

“Devemos entrar em acordo sobre o montante dos juros a serem pagos nos próximos anos e também na questão das garantias nos próximos três meses. A assinatura do acordo, porém, só ocorrerá em seis meses, em razão dos trâmites burocráticos”, explicou Korn.

A exigência de garantias ao pagamento dos juros era um dos pontos que vinham emperrando as negociações, já que os credores queriam que o Brasil adquirisse os títulos de uma só vez, enquanto o governo brasileiro se recusava a aceitar a cláusula de garantia. Essa exigência vem sendo feita pelos credores em todas as negociações com



Korn: concessões maiores

outros países. No caso do México, os bancos exigiram garantias em títulos, com prazo de 30 anos, no valor de US\$ 7 bilhões. Parte dos papéis foi obtida com recursos das reservas cambiais mexicanas, parte com financiamento de organismos multilaterais e US\$ 1 bilhão por empréstimo-ponte concedido pelos próprios credores para que o México pudesse adquirir os títulos.

Mas os credores, segundo Korn, resolveram relaxar na exigência ao Brasil, por entender que o programa de ajuste brasileiro ainda está muito no início e que a liberação dos empréstimos externos será feita parceladamente, o que acaba forçando o governo a fazer a compra desse papéis parceladamente. As condições desses títulos ainda estão sendo negociadas, a única definição é quanto ao prazo de 30 anos. Os títulos ficam depositados em custódia no Tesouro Americano.

Caso o governo brasileiro não honre seus compromissos de pagamento de juros, eles são imediatamente entregues aos credores. “Essa garantia dá um lastro maior nas negociações. Nós não podemos fechar um acordo sem a certeza de que receberemos os juros devidos”, afirmou Korn, assegurando que os credores fizeram outra concessão ao Brasil ao permitir que os títulos garantam apenas o pagamento de juros. “Nós queremos viabilizar uma proposta boa para o Brasil, mas que também seja viável para os bancos”, disse.

Korn, que concedeu entrevista após o almoço promovido pelo Grupo de Integração Empresarial (GIE), disse que os credores querem fechar um acordo que possa ser cumprido pelo Brasil. Afirmou ainda que os bancos vêm recebendo a parcela de 30% dos juros devidos. Entre os devedores, apenas a Eletrobrás, responsável por 25% da dívida global que hoje chega a US\$ 50 bilhões, não está depositando sua parte.